

SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UM ESTUDO NA REGIÃO DE ANDRADINA-SP

Rita de Cássia Salviana Pereira Minari*

Marcelo Dantas**

Marco Antonio Costa da Silva***

Geraldino Carneiro de Araújo****

Telma R. Duarte Vaz*****

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo mensurar o conceito de sustentabilidade em cinco assentamentos da região de Andradina-SP, beneficiados por programas da reforma agrária, tanto em nível federal como estadual, no Estado de São Paulo. A análise da sustentabilidade em assentamentos rurais é importante considerando que os governos, principalmente o federal, disponibilizam recursos alocados em vários programas com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos assentados. A pesquisa de campo envolveu assentados de cinco assentamentos federais (INCRA) de Andradina, Castilho e Murutinga do Sul. Os dados foram coletados com aplicação de entrevistas contendo uma lista de variáveis, relacionadas a aspectos econômico-sociais, ambientais e de capital social para a mensuração da sustentabilidade. Os dados analisados sugerem que o nível de desenvolvimento melhorou, de forma geral, para os cinco assentamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos; Desenvolvimento Sustentável; Qualidade de Vida.

SUSTAINABILITY IN RURAL SETTLEMENTS: A STUDY ON THE REGION OF ANDRADINA SP BRAZIL

* Bacharel em Administração e Especialista em Gestão de Pessoas e Finanças pela Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB.

** Bacharelado em Engenharia Civil pela Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB.

*** Administrador, Mestre em Engenharia de Produção Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Doutorando em Administração na Universidade Nove de Julho - UNINOVE; Docente na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAR.

**** Administrador, Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, Doutorando em Administração na Universidade Nove de Julho - UNINOVE; Docente na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAR; E-mail de correspondência: geraldino.araujo@gmail.com

***** Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE; Docente na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAR.

ABSTRACT: Sustainability in five rural settlements in the region of Andradina SP Brazil is analyzed. Settlements received the benefits of agricultural reform at the federal and state levels in the state of São Paulo. The sustainability of rural settlements is highly important since the government, mainly the federal government, has provided resources in several projects to improve the life quality of the farmers. Field research involved settled populations in five federal settlements (INCRA) in the municipalities of Andradina, Castilho and Murutinga do Sul. Data were collected by interviews featuring a list of variables on social, economical, environmental aspects and social capital for measuring sustainability. Data showed that as a rule the level of development improved within the five settlements.

KEY WORDS: Settlements; Sustainable Development; Life Quality.

INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade tem sido amplamente discutido nos meios acadêmicos (PEREIRA et al., 2011), mas, do ponto de vista da reforma agrária, poucos estudos são produzidos no que concerne a discutir a sustentabilidade dos assentamentos. Já faz mais de quatro décadas da promulgação do Estatuto da Terra no ano de 1964 (BRASIL, 1964), mais de 15 anos da regulamentação da Lei nº 8.629/1993 (BRASIL, 1993) sobre assentamento de reforma agrária, e o que se constata por intermédio da mídia é que a situação dos assentamentos e dos assentados está longe de ser uma questão resolvida do ponto de vista da inclusão social. É sabido que o poder público nas esferas federal, estadual e municipal, tem obrigações de investimentos em infraestrutura básica para os assentamentos, ao mesmo tempo em que precisa oferecer recursos financeiros e capacitação técnica para que as famílias tenham condições de sobreviver com dignidade. Nesse contexto, no qual se encontram moradia, vida social, produção, lazer e lócus político é que se busca compreender se os assentamentos, na região de Andradina-SP, são sustentáveis do ponto de vista socioeconômico e ambiental.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) obteve destaque na mídia nacional, sobretudo, na luta pela terra, quer seja pela discussão da legitimidade dos pedidos, quer seja pelos meios utilizados pelo movimento para mobilizar o governo e a sociedade. Do ponto de vista da academia, muitos trabalhos são publicados a

partir de várias óticas relacionadas às lutas políticas do movimento (PEREIRA et al., 2011). Entretanto, em uma perspectiva mais atual, há estudos que têm sido produzidos do ponto de vista da sustentabilidade desses assentamentos. A luta pela terra é apenas um dos aspectos complexos da relação dos sem terra com o governo. Após a aquisição da terra, a busca por formas de se instalar e permanecer na terra é constante.

O aparato público, sobretudo o governo federal, tem desenvolvido políticas importantes para que os assentados tenham condição de produzir, morar, ter vida social nos próprios assentamentos. Muitos projetos e programas são desenvolvidos oferecendo recursos financeiros, técnicos, educacionais, dentre outros para que os assentados e os assentamentos possam se desenvolver gerando qualidade de vida aos seus moradores. Contudo, não existem garantias de que isso esteja ocorrendo, tamanha a complexidade do problema que se apresenta de gerar condições mínimas de qualidade de vida.

Considerando esses aspectos, esse estudo tem como problema de pesquisa responder o seguinte questionamento: os assentamentos rurais da região de Andradina-SP são sustentáveis dos pontos de vista econômico, social e ambiental? Para responder ao problema proposto neste estudo, foram estabelecidos os objetivos do artigo. O objetivo geral foi avaliar a sustentabilidade dos assentamentos beneficiados pelos programas de reforma agrária no município de Andradina-SP e região circunvizinha; e os objetivos específicos foram: a) descrever os programas oferecidos pelos governos para os assentamentos; b) verificar o grau de desenvolvimento econômico dos assentamentos em função dos programas; c) verificar o desenvolvimento ambiental dos assentamentos em função dos programas; e, d) verificar o desenvolvimento social dos assentamentos em função dos programas. Este estudo pretende contribuir para uma visão mais ampla e fundamentada acerca da sustentabilidade econômica, ambiental e social dos assentamentos beneficiados pelo programa de reforma agrária atual, oportunizar a reflexão sobre o tema, além de oferecer um panorama da atual situação da reforma agrária na região de Andradina-SP.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para explicar os métodos utilizados nesse estudo considerou-se o modelo de classificação proposto por Vergara (2005). Quanto aos fins o estudo pode ser classificado como pesquisa explicativa e descritiva, na qual o seu propósito é permitir a compreensão de um fenômeno e as explicações para sua ocorrência. Segundo Roesch (2009) a pesquisa descritiva com base no levantamento de dados possui o objetivo de conseguir informações sobre uma população, sendo este tipo de pesquisa utilizado frequentemente para realizar levantamentos de atitudes dentro das organizações, trabalhando geralmente com toda a população, todavia a pesquisa descritiva permite realizar levantamentos com funcionários, clientes e fornecedores. Portanto, no caso estudado, procurou-se levantar as opiniões dos assentados em relação às dimensões e variáveis de sustentabilidade investigadas nesse estudo.

Quanto aos meios para a realização deste estudo, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e estudo de múltiplos casos. Em relação à pesquisa bibliográfica, foram consultados textos relacionados ao movimento de reforma agrária, a sustentabilidade em assentamentos e as políticas públicas voltadas para os assentamentos. Segundo Yin (2010) e Eisenhardt (1989) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa, pois permite o estudo de fenômenos com mais intensidade dentro do seu contexto, é essencialmente adequado ao estudo de processos e explora fenômenos em vários sentidos. Foram selecionados cinco assentamentos da região de Andradina-SP. Os assentamentos foram escolhidos de forma intencional, considerando o interesse do pesquisador em estudar a questão sustentabilidade em assentamentos e da disposição dos sujeitos de responder ao questionário e à entrevista. O estudo não tem a pretensão de comparar o estágio de sustentabilidade entre os assentamentos.

Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos em duas etapas da pesquisa: a) na primeira etapa um questionário estruturado que foi adaptado de Barreto, Khan e Lima (2005); b) na segunda etapa, entrevista e observação. Segundo Roesch (2009), o questionário é o instrumento mais utilizado nas pesquisas quantitativas ou ainda, em pesquisa de grande escala, contudo requer esforço intelectual de planejamento, e algumas entrevistas exploratórias. Na maioria das vezes, os questionários cumprem pelo menos duas funções: a de descrever as características e a de medir determinadas variáveis de uma situação como, por exemplo, identificar

sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, tempo de serviço, faixa salarial, entre outros (RICHARDSON, 1999).

O questionário foi composto por questões relacionadas ao perfil dos respondentes e a onze dimensões de sustentabilidade, são elas: Saúde; Educação; Habitação; Energia Elétrica; Condições Sanitárias e Higiene; Água; Descarte de Resíduos Sólidos; Lazer; Meio Ambiente; e Participação Política nos Assentamentos (BARRETO; KHAN; LIMA, 2005). A escolha da amostra a ser pesquisada foi determinada aleatoriamente, através de uma amostra não-probabilística. A população dos cinco assentamentos é de 537 assentados. O questionário foi aplicado para 46 assentados entre os meses de abril e maio do ano de 2010. A segunda etapa da pesquisa teve abordagem qualitativa (GODOY, 2006) e procurou aprofundar a percepção em relação a aspectos de sustentabilidade levantados no estudo quantitativo.

Para a coleta de dados nesta etapa foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado contemplando três grupos de questões: a) perfil demográfico dos respondentes; b) estrutura dos assentamentos; e c) onze dimensões de sustentabilidade (BARRETO; KHAN; LIMA, 2005). A entrevista foi realizada em cinco assentamentos, no ano de 2011, com 30 sujeitos que assinaram o termo de consentimento para participação na entrevista e autorização para utilização dos dados coletados. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Os assentamentos e sujeitos são identificados na pesquisa como: Assentamento "A", sujeitos "01" a "06"; Assentamento "B", sujeitos "07" a "12"; Assentamento "C", sujeitos "13" a "18"; Assentamento "D", sujeitos "19" a "24"; e Assentamento "E", sujeitos "25" a "30". O pesquisador realizou observação direta entre os meses de março a junho de 2011. Para efeito de análise, foram consideradas a forma quantitativa e qualitativa com apresentação de dados e a análise de conteúdo considerando as 11 dimensões de sustentabilidade pesquisadas (VIANNA, 2001).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir dos anos 1950, nascem importantes organizações agrárias, com o intuito de promover a melhor distribuição de terras e a igualdade social no campo (PANINI, 1990). De acordo com a Lei nº 4.504/1964 (BRASIL, 1964), foi criado então

o Estatuto da Terra, com o intuito de corrigir as grandes disparidades com relação à posse e à propriedade agrária. Com o fim do regime militar e a crise da modernização conservadora da agricultura, o debate sobre a Reforma Agrária foi retomado com o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (VARELLA, 1998).

Oliveira (2009) ressalta que a distribuição pelos estados das terras improdutivas revela, também, que todos possuem áreas significativas de terras improdutivas. O assentamento de famílias de trabalhadores em uma terra, independentemente de ser área de reforma agrária ou de colonização, deve fazê-la cumprir a função social, nos exatos termos da Lei nº 5.504/1964 e da Constituição Federal de 1988 (ABRA, 2007).

A reforma agrária no Brasil é fruto de um processo histórico que tem suas raízes na própria colonização do espaço brasileiro, envolve a exploração dos territórios mais produtivos para gerar uma produção que tinha a função, não de atender às necessidades do país, então colônia portuguesa, mas de atender às demandas da improdutiva Europa, pois conforme estatísticas realizadas pelo Banco do Brasil, em meados do século 19, o país chegou a exportar mais de 80% de sua produção (OLIVEIRA; STÉDILE, 2005).

Varela (1998) diz que a necessidade do cumprimento da função social da propriedade é um direito básico do ser humano, previsto na cláusula pétrea da Carta de 1988. Delgado (2005) ressalta que a reforma agrária em questão, além de tornar mais rápida e menos onerosa a solução da questão agrária, seria também para premiar e incentivar a produtividade, cujos índices precisam ser atualizados com urgência. Além disso, seria muito importante acrescentar-lhes os indicadores ambientais e os das relações trabalhistas, os quais figuram na Constituição de 1988. Em 2009, a reforma agrária brasileira atingiu uma população de 906.878 famílias assentadas, protagonistas de um modelo de reforma agrária que visa à assistência técnica do crédito para produção, à educação e à comercialização a preços que propiciem uma vida digna no meio rural (REVISTA TERRA DA GENTE, 2007).

Segundo Mansur (2010), existe hoje cerca de 110 projetos de assentamentos criados no Estado de São Paulo. Os dados revelam que um número de mais de 9,5 mil famílias estão assentadas. De acordo com a Revista Terra da Gente (2007), a reforma agrária praticada hoje no Brasil, tem buscado organizar assentamentos de

qualidade, que garantam renda e cidadania às famílias no campo. Segundo dados do IPEA (2011), a partir de 2003 a participação do governo federal na constituição de assentamentos rurais em São Paulo aumentou, embora em anos recentes este ritmo tenha arrefecido.

A Lei nº 4.504/1964 dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências (BRASIL, 1964). A Lei nº 4.829/1965 institucionaliza o crédito rural (BRASIL, 1965). O site do INCRA (2010) apresenta os programas desenvolvidos para fomentar a reforma agrária do país, conforme listado a seguir: Infraestrutura; Crédito Instalação; Apoio Inicial; Fomento; Adicional Fomento; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Apoio Mulher; Aquisição de Materiais para Construção; Recuperação/Materiais de Construção; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Assistência Técnica Extensão Rural (ATER); Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES); Garantia-safra.

Dessa forma, vale pontuar que a reforma agrária no Brasil inclui acesso à terra, luz elétrica (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2012), estradas, assistência técnica e crédito. A Lei nº 12.188/2010 estabelece a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) (BRASIL, 2010).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

Para melhor compreensão da sustentabilidade nos assentamentos, são apresentados dados que trazem as principais características dos assentamentos e dos assentados que fizeram parte da amostra do trabalho (Tabela 1):

Tabela 1. Dados Sobre Áreas Pesquisadas

Assentamento	Município	Área Total	Número de Famílias	Reserva Legal	APP	Estradas
A	Andradina	3.379,82	179	643,34	173,86	28,42
B	Castilho	976,46	73	20,78 (21,00 ¹ e 153,51 ²)	22,65	15,29
C	Murutinga do Sul	1.507,65	77	324,97	136,43	15,42
D	Murutinga do Sul	986,35	56	198,97	82,04	15,44 (8,26 ³)
E	Castilho	2.434,76	176	234,74 (13,64 ¹ e 238,56 ²)	119,11	44,07

¹ Área de Reserva Legal vinculada a lote; ² Área de Reserva Legal que será compensada em outra propriedade; ³ Área de Estrada Municipal que passa pelo assentamento.

Fonte: Adaptado de INCRA (2009).

Conforme descrito na metodologia, a amostra é composta de 5 assentamentos localizados na região de Andradina-SP, em três cidades: Andradina, Castilho e Murutinga do Sul. O menor assentamento em área é o da cidade de Murutinga do Sul com área de 986,3 hectares, também com a menor quantidade de famílias assentadas: 56. O maior assentamento é o da cidade de Andradina, com área de 3337,8 hectares e 179 famílias assentadas. A média de famílias por assentamento é de 112,2. Todos os assentamentos investigados têm área de preservação permanente, conforme determina a lei.

Visando à preservação da qualidade ambiental foram criados dispositivos legais, tais como os que definem as áreas de preservação permanente e reserva legal. Reserva legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. O novo código florestal brasileiro, Lei 12.651/2012 (BRASIL, 2012), estabelece as regras de uso, preservação e conservação das florestas e outras formas de vegetação utilizando duas figuras

básicas: as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A APP e a RL são duas figuras limitadoras da exploração plena do imóvel pelo proprietário.

A definição dessas áreas é de fundamental importância uma vez que todas as atividades exercidas pelo homem afetam o meio ambiente, e os seus efeitos são ampliados sobre os mesmos, o que reforça a necessidade de preservar ou restaurar a viabilidade dos recursos naturais. No contexto estudado, constatou-se que os assentamentos visitados têm reserva legal que atende a legislação específica, ou ainda, ocorre compensação que será realizada em outra área. As entrevistas realizadas mostraram que os assentados têm e ainda estão ampliando a visão sobre preservação ambiental, aumentando sua consciência além do aspecto legal.

Meirelles (2001) faz algumas considerações sobre APP, explicando que normalmente estão localizadas especialmente próximas das nascentes e cursos d'água, de lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nos topos de montanhas e serras, nas encostas com aclive acentuado, nas restingas na faixa litorânea, as vegetações localizadas em altitudes superiores a 1.800 metros e as vegetações localizadas em determinadas áreas urbanas, assim definidas por lei específica. Do ponto de vista dos assentamentos investigados, constatou-se a preocupação em preservar as APP's, assegurando condições favoráveis determinadas pela legislação, Lei 12.651/2012 (BRASIL, 2012).

Um aspecto importante para os assentamentos é o estrutural. Na questão de distribuição de áreas destinadas, cabe esclarecer que essas áreas são definidas no parcelamento de terras, onde os técnicos reúnem a comunidade para localizar o melhor local para construção de estradas. Alguns objetivos importantes devem ser atendidos, dentre eles, considera-se a facilidade para escoar a produção dos assentados, de transporte de alunos para escolas, quando for o caso, e de acesso às cidades próximas aos assentamentos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTADOS

A primeira etapa da pesquisa se deu entre março a junho de 2010. Os dados demonstram que a amostra é composta por mais mulheres (58,7%). A maior prevalência de mulheres não pode ser explicada na pesquisa, entretanto, cabe esclarecer que assentamentos são ambientes onde a presença de mulheres responsáveis pelo

sustento familiar é grande, considerando que por lei, elas são donas da propriedade da terra. Os assentados que responderam o questionário possuem, em média, 46,6 anos de idade, no caso das mulheres, e 45,6 anos, para os homens; e estão no assentamento, em média, há 10,3 anos, para as mulheres e 3,8 anos, para os homens. As famílias têm, em média, 3,32 membros, constando uma renda de, aproximadamente, R\$ 776,33 para mulheres e R\$ 696,47 para homens.

A segunda etapa da pesquisa se deu de março a agosto de 2011, período em que foi possível mensurar com mais eficácia, confirmando dados apurados em 2010. A pesquisa realizada em 2011 constatou que 43,3% é composto por mulheres e 56,7% por homens. Os assentados que responderam os questionários da entrevista realizada em áudio têm, em média, 48 anos de idade, no caso das mulheres, e 50 anos, no caso dos homens. E estão no assentamento há, aproximadamente, nove anos. O questionário estruturado, aplicado em 2010, atingiu 46 assentados. Em relação às entrevistas de campo realizadas em 2010, pode-se observar que a idade entre homens e mulheres não varia muito, tendo os homens, em média, 46 anos de idade, e as mulheres, 47 anos de idade.

Os dados referentes à idade dos entrevistados nos anos de 2010 e 2011 evidenciam uma coerência em termos de resultados para a amostra da pesquisa, não sendo observadas discrepâncias importantes. As famílias têm, em média, 2,96 membros, confirmando uma renda de, aproximadamente, R\$ 930,77 para mulheres, e R\$ 1.223,53, para homens. O entrevistado 8 do assentamento “B” declara ter uma “[...] renda aproximadamente de R\$ 1.500,00, a maior parte provém do leite. Temos renda da galinha caipira, venda dos ovos e frangos e porco caipira [...]”. Declarou ainda que para manter a renda fixa, os assentados investem em diversas atividades produtivas envolvendo agricultura, produção de leite, artesanato, alimentos. Um exemplo apresentado foi o de produção de milho, sorgo, cana-de-açúcar, napier, dentre outros, utilizados na produção da silagem. Conforme demonstra o assentado 8 “[...] é o terceiro ano que eu faço silagem. Este ano não sei o que seria das vacas, já teria que ter vendido tudo. Se não, estaria passando fome [...]”.

4.3 SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Nesta etapa do estudo são apresentados e analisados os dados referentes à

sustentabilidade nos assentamentos rurais investigados. No Quadro 1 são apresentados os dados sintetizados da percepção dos assentados sobre a sustentabilidade nos assentamentos. Para facilitar a compreensão, as informações estão apresentadas de acordo com as 11 dimensões destacadas no item Material e Métodos. Conforme se constata, para os entrevistados, a qualidade de vida melhorou muito nos assentamentos em todas as dimensões pesquisadas. É possível verificar que a dimensão educação precisa avançar, uma vez que é necessário que as crianças viajem, diariamente, cerca de 50km até a cidade para estudar. Em relação à participação social nas decisões políticas do assentamento, constatou-se se tratar de um grupo bastante organizado, no qual as decisões são tomadas em função da coletividade.

Quadro 1. Indicadores de Sustentabilidade nos Assentamentos (continua)

Dimensão	Indicador Existência no Assentamento de...	Percepção Geral da Amostra
Saúde	... condições para o atendimento médico e ambulatorial (vacinação, primeiros socorros, etc.).	Na maior parte dos assentamentos da região tem posto de atendimento à saúde, onde é disponibilizado médico uma vez por semana, agentes comunitários de saúde, que fazem visitas frequentes para saber como está a saúde e verificar se precisa marcar consulta médica, além de acompanhamento das carteiras de vacinação. Apenas os assentamentos que estão em fase de início ainda não têm este benefício.
Educação	... de escolas públicas ou comunitárias ou recursos para alfabetização.	Na maior parte dos assentamentos as crianças e adolescentes tem que ir à cidade mais próxima para estudar. É fornecido ônibus até a cidade. Uma pequena parte dos assentamentos tem escola comunitária de ensino fundamental.
Habitação	... de moradias com condições adequadas para abrigar as famílias.	As casas dos assentados são na maior parte de alvenaria com reboco e piso.
Energia Elétrica	... de energia elétrica nos assentamentos.	Todos os assentamentos usufruem o benefício do Programa Luz para todos, que é fornecido logo após a aquisição da terra.

(conclusão)

Condições Sanitárias e Higiene	... infraestrutura para descarte de dejetos humanos.	Uma grande parte dos assentados faz uso da fossa séptica o que é considerando um grande avanço para as condições sanitárias. Os demais fazem uso da fossa convencional.
Água	... água em condições adequadas para consumo.	A maior parte dos assentados faz uso de água de poço artesiano, ou poço cacimba. Porém os mesmos utilizam a técnica de cloração ou filtração para o consumo humano.
Descarte de Resíduos Sólidos	... condições adequadas para descarte de resíduos sólidos (lixo).	Pela pesquisa feita, uma grande parte dos assentados enterra, ou cavam buraco e colocam fogo nos lixos. Uma pequena parte dos assentados faz coleta de lixo e levam ao destino propício.
Lazer	... infraestrutura básica para o lazer.	Para o lazer os assentados não têm muitas alternativas, tendo apenas televisão, jogo de futebol e torneio de baralho, e em datas comemorativas, ocorrem quermesses.
Participação Política nos Assentamentos	... condições para participação e controle efetivo nas e das decisões políticas que envolvem o assentamento.	Nos assentamentos há coordenadores que são escolhidos em votação pela maioria dos assentados, em assembleia geral, para representá-los em decisões, busca de melhorias para o assentamento, verbas que são liberadas pelo Governo Federal junto ao INCRA. Além disso, os coordenadores representam os assentamentos junto aos governos do Estado e Município.
Meio Ambiente	... preocupação e ações práticas para preservação do meio ambiente no processo produtivo e na ocupação do solo.	Nos assentamento há reservas nativas, matas ciliares, rotação de culturas, plantam árvores nas divisas dos lotes para ajudar na preservação do ambiente. Os acampados usam a terra de acordo com sua vocação, recebendo orientação técnica.

Fonte: Dados da Pesquisa.

São discutidas a seguir as categorias sobre a sustentabilidade em assentamentos rurais:

Saúde: Alguns assentados entendem que ainda existe falta de comprometimento dos governos em relação à sua condição. O entrevistado 17 do assentamento “C” diz: “[...] que teve uma época que funcionava muito bem o Programa Saúde da Família, vinha médico, dentista e vários agentes de saúde. Hoje tem o Programa Saúde da Família, mas o atendimento é bem precário. Hoje a gente só agenda, só que tem que se deslocar até a cidade para ser atendido”. Pode-se constatar que a atuação dos agentes de saúde e o desempenho do Programa Saúde da Família têm avaliações mais positivas entre os assentados. Segundo o IPEA (2011), a presença de unidades básicas de atendimento à saúde nos assentamentos ou em localidades próximas, na medida em que oferece a segurança do acesso ao serviço, constitui importante fator de bem-estar para as famílias, que não se veem na contingência de efetuar grandes deslocamentos para receber atenção médica, em caso de necessidade. Os dados mostram que a dimensão saúde é alvo de preocupação das políticas públicas para os assentamentos, aumentando a sustentabilidade e a qualidade de vida dos assentados.

Educação: A pesquisa evidenciou a importância de se ter escolas em assentamentos, isso na perspectiva dos entrevistados, pais de alunos. Tal preocupação decorre do fato de que as crianças de 4 a 6 anos de idade têm que ir sozinhas em ônibus para escolas das cidades mais próximas, para que possam estudar na educação básica. Os governos federal, estaduais e municipais possuem grandes desafios no sentido de oferecer condições e qualidade de ensino a boa parte das 8.679 escolas que atendem 5.595 assentamentos da reforma agrária, em 1.651 municípios do país (BRASIL; MEC, 2011). O estudo mostrou que a maior parte dos assentamentos possui escolas que oferecem ensino básico às suas crianças. Outro aspecto importante, observado nas entrevistas, e que reforça a inclusão e o aumento da sustentabilidade social, é a possibilidade oferecida pelo governo, por intermédio de seus programas, de que os assentados tenham acesso à educação superior. O entrevistado 30, do assentamento “E”, afirma “[...] eu estou fazendo agronomia e dando a oportunidade de tudo isso que venho aprendendo está desenvolvendo dentro do meu lote, dentro do meu assentamento”. O entrevistado 30 reconhece a importância da oportunidade que lhe é dada para estudar e de como isso pode retornar em termos

de benefício para ele e sua família, inclusive citando a sustentabilidade como ganho obtido. O entrevistado 9, do assentamento “B”, reforça o incremento de qualidade de vida mostrando a possibilidade de educação oferecida para as crianças no próprio assentamento. O assentado explica que “temos uma escola que é um ganho enorme para questão rural [...], hoje a escola do campo é para incluir o filho do assentado dentro do lote”.

Energia Elétrica: Em todos os assentamentos há energia elétrica, decorrência de um programa fornecido pelo Governo Federal. Podem usar a energia para irrigação, para fazer silagem e outras utilizações que lhes propiciam condições dignas de vida. Também podem ampliar mais o leque de opções de desenvolvimento de uso de tecnologias no lote, com o fornecimento da energia. Outro benefício trazido pela energia é o acesso ao lazer. “Sem precisar sair do lote, não há nada mais reconfortante como no término de um longo dia de trabalho poder assistir a programas de televisão, informar-se e distrair-se, algo que parece simples, porém, imprescindível para uma melhor adaptação da família à nova vida”. Sobre essa questão, o assentado 18 do assentamento “C” explica que “que não precisou pagar! Pois, se fosse pagar não teria condições de colocar energia no seu lote”.

Condições Sanitárias e Higiene: Grande parte dos assentamentos está fazendo uso de condições adequadas para o descarte dos dejetos humanos. Isso ocorre porque a maioria possui acesso à infraestrutura para o descarte. O mecanismo utilizado é a fossa séptica, o que é considerando um grande avanço para que haja as condições sanitárias consideradas adequadas, fator propiciador de saúde e qualidade de vida aos assentados rurais da região. Na perspectiva dos assentados, o uso da fossa séptica é fundamental para a qualidade de vida.

Água: Todos assentados têm acesso à água, em quantidade suficiente para atender suas necessidades. Os assentados fazem uso de água de poço artesiano ou poço cacimba. Porém, precisam utilizar a técnica de cloração ou filtração para o consumo humano. Segundo o IPEA (2011), a pesquisa do Incra (QUALIDADE DE VIDA, 2010) aponta que 78,98% dos assentados do país afirmam dispor de água em

quantidade suficiente para atender às necessidades familiares; para o estado de São Paulo, o índice é praticamente o mesmo, 76,59%. A responsabilidade de realizar a perfuração dos poços é do Inbra. Nos assentamentos a água gera condições adequadas para garantir sustentabilidade aos assentamentos.

Descarte de Resíduos Sólidos: Muitos dos assentados enterram o lixo produzido, ou cavam buracos e colocam fogo nos lixos. Uma pequena parte dos assentados faz coleta de lixo e levam ao destino próprio. Foi destacada, por alguns assentados, a necessidade de se fazer a coleta seletiva e ter disponível um ponto, onde pudessem deixar os resíduos sólidos e os recicláveis. Segundo dados encontrados nos resultados da pesquisa elaborada pelo IPEA (2011), um ponto importante diz respeito à queima do lixo. Em alguns lotes, pôde-se constatar que o lixo havia sido queimado a apenas poucos metros das residências, oferecendo riscos às famílias pelo perigo de alastramento das chamas e da fumaça. A questão do lixo ainda precisa ser melhor trabalhada nos assentamentos para garantir sustentabilidade ambiental. Para tanto, questões estruturais geradas pelo poder público e pelos próprios assentados ainda precisam ser desenvolvidas, como coleta seletiva e educação ambiental.

Lazer: Quanto ao lazer, os assentados não possuem muitas alternativas, tendo apenas televisão, jogo de futebol e torneios de baralho e, em datas comemorativas, a ocorrência de quermesses. Em alguns assentamentos, constatou-se a necessidade de haver mais interação entre os adolescentes. Os jovens procuram alternativas de diversão se deslocando até as cidades mais próximas do sítio onde moram a fim de buscar momentos de lazer e descontração, interagindo com outros jovens e se distanciando do assentamento. Uma dessas iniciativas pode ser notada no assentamento B pela entrevistada número 7, que diz “[...] não ter lazer em seu assentamento a não ser um campinho e o que eles estão passando a ter agora é Internet [...]”. É um projeto que está em andamento, mas para minha filha está sendo bom [...]”. Um dos meios que os assentados encontram para ter lazer em seu momento livre é o futebol com a realização de um torneio que é organizado em parceria com sindicatos da categoria onde os assentamentos da região se reúnem.

Políticas nos Assentamentos: Nas entrevistas de campo pode-se constatar que os coordenadores dos assentamentos são escolhidos em votação pela maioria, em assembleia geral, tornando-se representantes dos assentados. O papel do coordenador é ser a voz do assentamento junto às instâncias do governo federal, estadual e municipal, em busca de melhorias de infraestrutura, benefícios legais e créditos de investimentos, que são liberados pelo Governo Federal por intermédio do INCRA e que, em muitas ocasiões, ficam travados. O papel político é importante como atesta o entrevistado 5 ao afirmar que “[...] tem muitos assentados que já estão há dois anos no lote e ainda não receberam o crédito habitação [...] a liberação em Brasília é uma coisa e, até chegar na mão do assentado, é outra [...]”. O Movimento dos Sem Terra sempre fortemente marcado por manifestações políticas. São inúmeros os assentados que comparecem às reuniões convocados pelos técnicos de campo e também pelos líderes do assentamento. Esses são informados das reuniões por cartazes colocados em pontos estratégicos (tanque de leite, por exemplo) onde todos estão cientes que terão informações referentes ao assentamento. Constatou-se ainda, que a grande maioria dos assentados participa das reuniões, tira dúvidas com os técnicos, buscando obter o máximo de informações, bem como apresentando sugestões para melhoria da comunidade assentada. Tais informações podem ser comparadas com pesquisa realizada pelo IPEA (IPEA, 2011), nas idas a campo, em assentamentos novos e antigos, são inúmeros os sinais que confirmam esse parecer: os assentados comparecem na sua quase totalidade às reuniões convocadas pelos técnicos de campo, sentem-se à vontade para colocar qualquer tipo de questionamento ou para solicitar esclarecimento à parte além de tratá-los com familiaridade, o que indica que as visitas se dão com significativa assiduidade.

Meio Ambiente: Nos assentamentos, existem reservas nativas, matas ciliares, rotação de culturas, plantação de árvores nas divisas dos lotes para ajudar na preservação do meio ambiente. A conservação do solo consiste em dar o uso e o manejo adequado às suas características químicas, físicas e biológicas, visando à manutenção do equilíbrio ou sua recuperação. Por meio das práticas de conservação, é possível manter a fertilidade do solo e evitar problemas comuns, como a erosão e a compactação. Os assentados possuem noção sobre adubação verde e fazem uso dessa técnica. Além de curva de nível, realizam rotação de cultura para conservação do

solo, adubação orgânica e controle de praga alternativa. É o que se percebe com clareza na fala do entrevistado “3” do assentamento A, ele diz: “[...] o meu sítio é todo coberto por leguminosa, que são uma verdadeira fonte de energia, oxigênio, nitrogênio que são absorvidos do solo através da raiz da planta”. Os acampados usam a terra de acordo com sua vocação, recebendo orientação técnica. Os assentados, ainda, têm conhecimento da importância da preservação do meio ambiente, tanto como fazer o uso de adubo verde, compostagem, cobertura verde, para o melhor atendimento a terra. A fala do entrevistado 8 do assentamento “B” vem confirmar tal constatação: “[...] eu tenho plantação de árvore. Meu sítio é todo com curva de nível. Quando entrei lá tinha muita erosão. Hoje já não tem mais erosão [...]”. A partir dessas entrevistas é que passamos a ter noção do conhecimento adquirido com a conscientização oferecida e sobre a importância da preservação do solo. O entrevistado 27 do assentamento “E” diz: “[...] Na época do plantio costumava usar uma coisa chamada cobertura verde, então esta cobertura verde a gente faz ela com mucuná, ou feijão de porco ou muitas vezes até com o feijão de catado [...] a plantação é em pequena quantidade por ser tudo feita com tratamento orgânico”. No Assentamento “E” pode ser observada também a preocupação em reflorestar e cuidar da natureza, onde fazem reflorestamento em seus lotes.

Assistência técnica: Pôde ser verificada uma grande dificuldade quanto à disponibilidade da assistência dos técnicos, pois a grande maioria dos assentados diz que esse serviço está disponível apenas para liberação de recursos, projetos de vacas, entre outras ações. Segundo o IPEA (IPEA, 2011), o papel da assistência técnica é muito amplo. No contexto dessa pesquisa, cabe esclarecer que o papel dos técnicos é fundamental para gerar qualidade de vida e melhorar a sustentabilidade dos assentamentos. O estudo mostrou que os resultados desse trabalho são visíveis e reconhecidos pelos entrevistados. Entretanto, muitos acreditam que a intensidade e o escopo de atuação deveriam ser ampliados para que os resultados sejam, ainda, mais satisfatórios.

Cooperativismo/Associação: Os dados levantados nas entrevistas mostram a incontestável importância da formação de associações e cooperativas com o objetivo de dinamizar a produção, bem como viabilizar canais de comercialização para

o assentamento. É o que se pode constatar a partir da fala do entrevistado “13”, que diz que faz parte tanto da associação como da cooperativa: “Da cooperativa para negociar a entrega do leite e, da associação, para entregar os legumes para as escolas e muitas outras coisas [...]”. Quando questionado sobre o pagamento de taxas para associação, informou que é pago um valor de R\$ 2,00 por assentado. O entrevistado “13”, do assentamento “C”, afirma que a vida dele mesmo com todas as dificuldades melhorou quase 100%. Quando não tinha um pedaço de terra, trabalhava de bóia fria e quando chovia não trabalhava e depois que conquistou seu pedaço de terra tudo melhorou. De acordo com MDA (2008), o desenvolvimento rural defronta-se com o desafio de consolidar uma percepção mais aprofundada sobre o meio rural, na qual seja considerada a diversidade de padrões de uso sustentável dos recursos naturais presentes em cada bioma, a riqueza das manifestações culturais e a importância das populações rurais e de suas estratégias de reprodução econômica, ambiental, cultural, política e social. A reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar oferecem perspectivas concretas para a construção de uma sociedade mais justa, que combata com vigor a exclusão social. Considerando o exposto, é possível inferir que os dados apresentados sugerem fortemente que a qualidade de vida melhorou nos assentamentos, assim como nos indicadores pesquisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária, no Brasil, de certa forma se confunde com o movimento do MST. Sem discutir os aspectos políticos, evidencia-se que os governos nos três níveis têm disponibilizado muitos recursos para melhorar as condições dos assentados, logo após o acesso destes à terra. A quantidade de programas criados está contribuindo para o aprimoramento da qualidade de vida dos assentados, ao mesmo tempo em que está gerando um ambiente mais sustentável, tanto no prisma econômico-social, objetivo das autoridades governamentais, quanto ambientalmente, a grande demanda atual.

Uma das conclusões a que se chega é que a dimensão econômica foi avaliada de forma amplamente satisfatória, já que a grande maioria dos assentados se considera em condições muito melhores de qualidade de vida do que disponibilizavam anteriormente à condição de assentados. Constatou-se também, que ocorreu

uma considerável melhoria na renda das famílias. Outro fator preponderante trata da dimensão ambiental que apresentou resultados muito interessantes do ponto de vista da preservação do meio ambiente, da utilização adequada dos recursos naturais (solo e água), evidenciando, no que diz respeito ao meio ambiente, que os assentados pesquisados estão utilizando práticas sustentáveis, demonstrando, dessa forma, que os programas do governo que envolvem assistência técnica estão trazendo resultados positivos.

Com relação à dimensão político-social, constatou-se que as associações possuem um bom desempenho em termos de sustentabilidade, uma vez que apresentam uma organização e participação efetiva nas decisões que envolvem o bem estar dos assentamentos. Trata-se de um modelo que solicita o comprometimento dos assentados, aceitando de bom grado sugestões que são discutidas e analisadas em conjunto, podendo se reverter em benefícios e avanços para os assentamentos, enaltecendo o espírito democrático, que jamais pode faltar.

Conclui-se, do ponto de vista da amostra, que ocorre uma percepção muito elevada de aumento de qualidade de vida e como as dimensões investigadas sugerem, os assentamentos têm um bom nível de sustentabilidade social, econômica e ambiental. A continuação dos estudos deve trazer números precisos relacionados à sustentabilidade, bem como, na perspectiva qualitativa, descobrir como ocorrem as ações que estão gerando progresso social nos assentamentos e quais as razões que justificam esse fenômeno.

REFERÊNCIAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Qual é a questão agrária atual:** Associação Brasileira de Reforma Agrária - 40 anos 1967–2007. São Paulo, 2007.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia – CE. **Rural**, Brasília, v. 43, n. 2, apr./june 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032005000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília. 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em 03 abr. 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 22 dez. 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 22 dez. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.** Institucionaliza o crédito rural. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. **Escolas em assentamentos rurais constituem desafio para o governo.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=208&id=2429&option=com_content&view=article>. Acesso em: 25 maio 2011.

DELGADO, G. **Questão agrária no Brasil:** perspectiva histórica e configuração atual. Editado por Luiz Octávio Ramos Filho e Osvaldo Aly Júnior. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo. In: GODOY, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Números da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos e Programas**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 10 set 2010.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Dados da Unidade Avançada de Andradina** - INCRA – SR 08/SP. Setembro/2009.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária**: fatores de sucesso e insucesso. Brasília: Coordenação de Desenvolvimento Rural*/Disc /Ipea, 2011.

MANSUR, D. **Orgulho de ser Assentado**. [s.l.: s.n.], 2010.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/view/i-cndrds/relatorio_final_da_I_CNDRSS.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2011.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Luz para Todos. **Programa**. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 23 dez. 2012.

OLIVEIRA, A. U. A política de reforma agrária no Brasil. In: REDE Social de Justiça e direitos Humanos. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 2009. São Paulo, SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009. v. 2009, p. 27-37.

OLIVEIRA, A. U.; STEDILE, J. P. A natureza do Agronegócio no Brasil. In: FÓRUM Nacional de Reforma Agrária: Cartilha da via Campesina. [s.l.; s.n.], 2005.

PANINI, C. **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei: 500 anos de História inacabada.** São Paulo: Paulinas, 1990.

PEREIRA, R. C. S.; SILVA, M. A. C.; VAZ, T. R. D; ARAÚJO, G. C. Gestão Socioambiental em Assentamentos: estudo de caso da Região Noroeste Paulista. **An. Sciencult**, Paranaíba, v. 3, n. 1, p.194-202, 2011.

REVISTA TERRA DA GENTE. RELATÓRIO DE GESTÃO. **Retrato de um Brasil Geral Rural 2003-2006.** Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Circulação Nacional, Janeiro de 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de conclusão, Dissertações e Estudos de Caso.** São Paulo: Atlas, 2009.

VARELLA, M. D. **Introdução da reforma agrária.** São Paulo: Ed. de Direito, 1998.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, I. O. **A metodologia do Trabalho Científico: um enfoque didático da produção científica.** São Paulo: EPU, 2001.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

Recebido em: 19 de dezembro de 2012

Aceito em: 22 de abril de 2013